

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal do Brasil Class.: 178
 Data 3 de novembro de 1978 Pg.: _____

JB 11/78

Cimi denuncia emancipação do índio como decreto de legalização do genocídio

Goiania — "Este decreto é a legalização do genocídio", denunciou o Cimi — Conselho Indigenista Missionário — em nota oficial, após a última reunião ordinária desse ano, em que foi debatido o decreto federal que estabelece a emancipação das comunidades indígenas.

Outro aspecto levantado foi a interferência do Conselho de Segurança Nacional na elaboração do decreto, mas o Cimi assinala que a "prática missionária nos tem convencido de que os povos indígenas deste país, que souberam encontrar meios para sobreviver à ferocidade dos caçadores de escravos e resistiram a séculos de dominação, ainda saberão encontrar a resposta a esta nova tentativa de seus inimigos."

REPUDIÓ

A nota do Cimi afirma que "a unanimidade das associações, entidades científicas, religiosas, personalidades interessadas na questão indígena e os próprios índios já repudiaram com veemência os propósitos governamentais de emancipar comunidades indígenas ou indivíduos isolados que apresentem pretensamente os requisitos necessários".

"Por que emancipar o índio agora? Nem um argumento foi apresentado à nação, exceto as intenções do Ministro do Interior e do próprio Presidente da República de emancipar pelo menos um índio até o final deste Governo, convertendo a emancipação em "questão de honra" dos atuais governantes".

Para o Cimi, "emancipar os índios neste momento equivale a entregar suas terras graciosamente nas mãos dos latifundiários. Os índios não terão condições

de defender-se da grilagem ou da execução de dívidas, terminando por serem absorvidos como mão-de-obra barata nas grandes fazendas. A emancipação, tal como o Governo pretende decretar, significa submeter de forma premeditada os povos indígenas à condições de existência que acarretam forçosamente o seu extermínio, enquanto povos. Para nós, sem meias palavras, este decreto é a legalização do genocídio".

O documento pergunta "como puderam 190 mil índios desarmados, vivendo num país de 8 milhões de km², cercados por 110 milhões de habitantes, se converter em ameaça à Segurança Nacional, a ponto de exigir a presença do Conselho de Segurança nas decisões sobre a questão indígena?" E acrescenta que "os Governos anteriores, mesmo pondo em prática uma política contrária aos interesses do índio, não erigiram a agressão às populações indígenas em código de Estado, tal como este".